

MEC vê reforma *Educação* do ensino lenta

FRANCISCO LEALI

BRASÍLIA – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reconheceu ontem que a reforma do ensino médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano passado, está sendo implantada com lentidão pela rede pública de alguns estados. Paulo Renato prevê que as mudanças no antigo segundo grau só estarão concluídas em “quatro ou cinco anos”.

O ministro justificou que a demora é uma decorrência da complexidade da reformulação do ensino médio. “Não esperávamos que uma reforma tão profunda fosse rápida”, disse o ministro. A reforma no ensino médio prevê a criação de um currículo nacional comum, que consumirá 75% da carga horária das aulas. Os 25% restantes serão preenchidos por atividades curriculares a serem decididas na região ou pela própria escola. A modificação acaba com a obrigatoriedade da grade de horários e estabelece que as disciplinas sejam ensinadas de maneira integrada em três áreas: linguagens; ciências da natureza e matemática; e ciências humanas.

Balanço – Ao lançar a campanha que será veiculada a partir da próxima semana para popularizar as mudanças no segundo grau, Paulo Renato admi-

tiu que o ritmo de implantação das mudanças no ensino médio precisa ser acelerado. No próximo dia 15, o Ministério da Educação vai reunir em Brasília todos os secretários estaduais de educação para transmitir os novos parâmetros curriculares. No mesmo dia, o MEC fará um balanço da implantação das mudanças em todo o país.

Paulo Renato espera contar com US\$ 500 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para custear a adoção das modificações no ensino nos estados. “O ensino médio tem que estar mais dentro do contexto dos alunos”, comentou o ministro.

Fotos – Ontem, Paulo Renato posou para fotografias ao lado dos personagens *Oxigênio*, *Percentual* e *Enzima*, que aparecerão na campanha publicitária do novo ensino médio, que tenta passar a mensagem de que o conteúdo aprendido nas aulas deve servir ao dia-a-dia do estudante.

O ministro criticou o projeto aprovado anteontem no Senado, que reserva 50% das vagas das universidades para alunos que estudaram em escolas públicas. Ele disse que esse sistema de cotas não resolve o problema da elitização do ensino superior. “A preocupação deve ser com a melhoria da qualidade do ensino médio na rede pública.”